

# Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

56

OUTUBRO – DEZEMBRO  
1989

# BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	650\$00	1.200\$00
Outros países estrangeiros	800\$00	1.500\$00
Este número	175\$00	—

OUTUBRO — DEZEMBRO

56

ANO XIV

Apresentação

Fórmulas Sacramentais em Língua Portuguesa

As afirmações fundamentais da Constituição

Litúrgica e a sua recepção ao longo  
de 25 anos

*Balthasar Fischer*

Comissão Pontifícia para a Conservação  
do Património Artístico e Histórico

A Conferência Episcopal e o Património  
da Igreja

A Arte Sacra e o Património Cultural  
da Igreja em Portugal

II Encontro das Comissões de Arte Sacra  
do Sul do País

*Este número do Boletim completa mais um ano de diálogo trimestral com os nossos leitores. É um diálogo sereno e regular, que pode não se medir pela sua eficácia mas se há-se respeitar pelo seu esforço, perseverança e intencionalidade, sempre postos ao serviço da Pastoral Litúrgica no nosso País. Não esquecemos a modéstia da nossa publicação nem a sua ausência dos circuitos de distribuição e publicidade dos grandes meios de comunicação social e das empresas livreiras. Anima-nos, porém, a vontade de continuar na prossecução dos nossos objectivos e na esperança de aumentarmos em número de assinantes, em quantidade de páginas e em qualidade de serviço.*

*A Arte Sacra e o Património da Igreja passarão a ocupar um lugar mais amplo no Boletim. Por um lado, procuramos dar cumprimento a um dos votos da I Reunião efectuada pela Comissão Nacional de Arte sacra e do Património Cultural da Igreja com as Comissões Diocesanas em Novembro passado, no Santuário de Fátima. Por outro lado, trata-se de corresponder às preocupações da Sé Apostólica que criou recentemente a Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico, e já entrou em contacto directo com todas as Conferências Episcopais no intuito de salvaguardar e promover os bens culturais da Igreja em todo mundo.*

*A nossa Conferência Episcopal, na sua última e recente Assembleia plenária, afirmou, mais uma vez, tanto o seu direito inalienável à posse do património artístico e cultural que lhe pertence, como o seu empenhamento em reprimir abusos, abandonos, incúrias e crimes, revitalizar as Comissões de Arte Sacra e dedicar maior cuidado à formação específica do clero e à sensibilização dos leigos.*

*Estas preocupações encontram-se neste número, que procura alertar os leitores para os desafios que no domínio da Arte Sacra têm de enfrentar com determinação e esclarecimento.*

*Mas o prato forte do Boletim continua a ser a Liturgia.*

*O texto das Fórmulas Sacramentais em Língua Portuguesa, que apresentamos em primeira mão, representa e consagra o esforço dos sete Países de Língua Portuguesa na procura da unidade nas fórmulas essenciais dos Sacramentos. É um passo histórico que importa assinalar. Efectivamente, o único acordo existente até agora foi assinado entre Portugal e o Brasil e dizia respeito aos diálogos e às*

*respostas do povo na Missa. Este acordo alarga-se agora a todas as Fórmulas Sacramentais e é assumido não por dois mas por sete Países de Língua Oficial Portuguesa. Constitui, além disso, a coroa de três anos de trabalho perseverante e sempre realizado em ambiente compreensivo e fraterno.*

*O estudo de Balthasar Fischer sobre a Constituição Litúrgica e a sua recepção ao longo de 25 anos põe-nos perante um texto fundamental da vida da Igreja e mostra-nos como esse texto foi acolhido pelas comunidades cristãs dos povos de língua germânica.*

*As sete afirmações fundamentais colocam-nos perante os valores teológicos mais salientes da Constituição, fazendo-nos reflectir sobre o que é essencial neste documento conciliar, que nem sempre tem sido nem está a ser compreendido como devia.*

*A recepção de cada uma destas afirmações fundamentais apresenta-nos o quadro geral do acolhimento que lhes foi feito pelos povos de língua germânica. Há aqui duas limitações que são expressamente assumidas: a da língua e a do espaço geográfico. Mas se lermos com atenção, havemos de verificar que a maior parte dos modos e graus de acolhimento pode ser assumida pelas comunidades cristãs de outras línguas e espaços geográficos.*

*Este trabalho do Prof. Balthasar Fischer não só consagra o saber e a competência dum grande Mestre de Liturgia, mas também nos faz pensar na maneira como fomos assimilando e estamos a assimilar a renovação litúrgica, que encontra nesta Constituição conciliar a sua verdadeira, permanente e inesgotável fonte de inspiração.*

*A aproximação da solenidade do Natal depois da celebração do Advento, que é tempo de expectativa e esperança, proporciona-nos a oportunidade de chamar a atenção para os textos litúrgicos tão penetrados de beleza, simplicidade e transcendência.*

*E, servindo-nos das palavras de um dos Prefácios do Advento, também nós sentimos o nosso dever de dar graças por intermédio de Cristo, que "veio a primeira vez, na humildade da natureza humana, (...) abrir-nos o caminho da salvação" e "de novo há-de vir, no esplendor da Sua glória, para nos dar em plenitude os bens prometidos".*

*Aproveitamos ainda esta circunstância festiva para desejar a todos os nossos leitores um santo, alegre e feliz Natal.*

## Fórmulas Sacramentais em Língua Portuguesa

*O nosso Boletim apresentou recentemente aos seus leitores a síntese histórica dos esforços feitos pelos Países de Língua Portuguesa desde 1965 para conseguirem um texto único para a Liturgia.*

*Tinha-se chegado a acordo apenas nos diálogos e nas respostas da assembleia na Missa. Depois disso e após um tempo de pausa, procurou-se um texto único para as Fórmulas Sacramentais.*

*Presentemente, estão unificadas as Fórmulas do Baptismo e da Ordem.*

*Após três anos de trabalhos e reuniões obteve-se acordo quanto às Fórmulas dos outros Sacramentos, com excepção do Matrimónio cujo rito compete, de resto, a cada Conferência Episcopal, como se reconhece no próprio Ritual do Matrimónio.*

*O texto, que se transcreve a seguir, diz respeito aos Sacramentos da Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Doentes e Matrimónio, e inclui as versões actuais, as versões propostas à confirmação da Sé Apostólica e a respectiva justificação.*

*É óbvio que, enquanto as Fórmulas Sacramentais não forem confirmadas em Roma e o seu uso não estiver autorizado pela nossa Conferência Episcopal, ninguém as poderá utilizar nas celebrações litúrgicas.*

## I. Confirmação

### Versão actual

#### Portugal e Países Africanos

##### Lusófonos

N., recebe, por este sinal,  
o dom do Espírito Santo.

#### Brasil

Idem

### Versão a confirmar

*N., recebe, por este sinal,  
o Espírito Santo, o Dom de Deus.*

### Justificação

a) A expressão anteriormente em uso: "Recebe, por este sinal, o dom do Espírito Santo" oferecia certas dificuldades:

- fácil confusão entre o dom e os dons do Espírito Santo;
- a não clara identificação de o *dom* com o próprio Espírito Santo;
- a preposição *do* (de+o) poderia ser entendida como introdução a um complemento possessivo, quando na realidade, é um explicativo: o dom *que é* o Espírito Santo.

b) O texto agora aprovado:

- evita os equívocos anteriormente assinalados;
- esclarece que o *Dom de Deus* é, na Confirmação, o próprio Espírito Santo.

c) Reconhecemos que *sinal* não traduz toda a riqueza de *signaculum* (no texto latino), mas não se encontrou melhor.

## II. Eucaristia

### Versão actual

#### Portugal e Países Africanos

##### Lusófonos

Tomai e comei, todos:  
Isto é o meu Corpo  
entregue por vós.  
Tomai e bebei, todos:  
Este é o cálice do meu Sangue,  
o Sangue da nova e eterna  
Aliança,

#### Brasil

Tomai e comei, todos vós:  
Isto é o meu Corpo,  
que é dado por vós.  
Tomai e bebei, todos vós:  
Este é o cálice do meu Sangue,  
o Sangue da nova e eterna  
Aliança,  
derramado por vós

derramado por vós	e por todos os homens,
e por todos os homens,	para o perdão dos pecados.
para remissão dos pecados.	Fazei isto
Fazei isto em memória de Mim.	para celebrar a minha memória.

### Versão a confirmar

*Tomai, todos, e comei:*  
*Isto é o meu Corpo,*  
*que será entregue por vós.*

*Tomai, todos, e bebei:*  
*Este é o cálice do meu Sangue,*  
*o Sangue da nova e eterna Aliança,*  
*que será derramado por vós e por todos,*  
*para remissão dos pecados.*  
*Fazei isto em memória de Mim.*

### Justificação

a) O vocativo *todos* foi colocado entre os dois imperativos: *tomai... comei*.

— por ser a única solução que evita as outras não aceitáveis:

• por parte do Brasil: *comei todos*;

• por parte de Portugal: *todos vós*;

— por parecer solução boa, bem sonante;

— por evitar o recurso ao pronome *vós*;

• artificial nas soluções anteriores;

• numa das hipóteses, até daria lugar a uma rima: *todos vós / entregue por vós*.

b) *Que será entregue*

*que será derramado*

— é a tradução do texto latino;

— estas palavras estão postas na boca de Jesus no contexto da última Ceia, apontando para a morte futura na cruz;

— é mais claro e mais preciso do que o simples adjectivo *entregue... derramado*, cujo sentido temporal é indefinido.

c) *por vós e por todos*

— suprimiu-se *os homens* para evitar o melindre de se porem em relevo *os homens*, excluindo *as mulheres*;

— *por todos* está mais próximo do original, que diz: *por todos*, no sentido de *a multidão de todos os humanos*.

**Na doxologia final da Oração Eucarística  
Versão actual**

**Portugal e Países Africanos  
Lusófonos**

**Brasil**

Por Cristo, com Cristo, em Cristo,  
A Vós, Deus Pai todo-poderoso,  
toda a honra e toda a glória,  
agora e para sempre,  
na unidade do Espírito Santo.

Por Cristo, com Cristo, em Cristo,  
A Vós, ó Pai todo-poderoso,  
toda a honra e toda a glória,  
agora e para sempre,  
na unidade do Espírito Santo.

**Versão a confirmar**

*Por Cristo, com Cristo, em Cristo,  
A Vós, Deus Pai todo-poderoso,  
na unidade do Espírito Santo,  
toda a honra e toda a glória,  
agora e para sempre.*

**Justificação**

- a) A referência ao Espírito Santo foi colocada imediatamente a seguir à referência ao Pai e a Cristo pela razão óbvia de respeitar mais claramente a unidade das três Pessoas Divinas;
- b) Assim se respeita melhor a fidelidade ao original latino.

**No rito de despedida no fim da Missa  
Versão actual**

**Portugal e Países Africanos  
Lusófonos**

**Brasil**

Vamos em paz  
e o Senhor nos acompanhe.

Idem

**Versão a confirmar**

*Ide em paz  
e o Senhor vos acompanhe.*

**Justificação**

- a) É o sentido do texto original;
- b) É a tradução que corresponde à função do ministro que se dirige à assembleia;
- c) Está na sequência lógica dos diálogos anteriores.



### III. Penitência Versão actual

#### Portugal e Países Africanos Lusófonos

#### Brasil

Deus, Pai de misericórdia,  
que, pela morte e ressurreição de  
Seu Filho,  
reconciliou o mundo consigo  
e infundiu o Espírito Santo  
para remissão dos pecados,  
te conceda, pelo ministério da Igreja,  
o perdão e a paz.  
*E eu te absolvo dos teus pecados  
Em nome do Pai, e do Filho, e do  
Espírito Santo.*

Idem

#### Versão a confirmar

*Deus, Pai de misericórdia,  
que, pela morte e ressurreição de Seu Filho,  
reconciliou o mundo consigo  
e enviou o Espírito Santo  
para remissão dos pecados,  
te conceda, pelo ministério da Igreja,  
o perdão e a paz.  
E eu te absolvo dos teus pecados  
Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.*

#### Justificação

- a) *Enviou* é mais inteligível para os penitentes do que *infundiu*;
- b) *Infundiu* supõe um complemento *ad quem* que não existe na frase;
- c) *Infundiu* pode ter uma ressonância menos conveniente.

**IV. Unção dos Doentes**  
**Versão actual**

**Portugal e Países Africanos**  
**Lusófonos**

**Brasil**

Por esta santa unção  
e pela sua piíssima misericórdia  
o Senhor venha em teu auxílio  
com a graça do Espírito Santo  
R. Amen.  
para que, liberto dos teus  
pecados,  
Ele te salve  
e, na sua bondade, alivie os teus  
sofrimentos.  
R. Amen.

Idem

**Versão a confirmar**

*Por esta santa unção  
e pela sua infinita misericórdia*

.....

**Justificação**

a) O termo anterior *piíssima* é um vocábulo:

- pouco usado,
- pouco acessível,
- bastante rebuscado,
- que causa certa estranheza.

b) *Infinita*, não sendo rigorosamente sinónimo de *piíssima*,

- não se lhe opõe,
- é frequentemente usado para qualificar *misericórdia*,
- é acessível a todos,
- foi igualmente adoptado por outros países.

**V. Matrimónio**  
**Versão actual**

**Portugal e Países Africanos**  
**Lusófonos**

Eu N.  
recebo-te por minha esposa  
a ti N. e prometo ser-te fiel  
e amar-te e honrar-te,  
tanto na prosperidade  
como na provação,  
por toda a nossa vida.

Eu N.  
recebo-te por meu esposo  
a ti N. e prometo ser-te fiel  
e amar-te e honrar-te,  
tanto na prosperidade  
como na provação,  
por toda a nossa vida.

**Brasil**

Eu N.  
te recebo N. por minha mulher,  
e te prometo ser fiel  
na alegria e na tristeza,  
na saúde e na doença,  
amando-te e respeitando-te  
todos os dias da minha vida.

Eu N.  
te recebo N. por meu marido,  
e te prometo ser fiel  
na alegria e na tristeza,  
na saúde e na doença,  
amando-te e respeitando-te  
todos os dias da minha vida.

**Versão a confirmar**

**Portugal e Países Africanos**  
**Lusófonos**

*Eu N.  
recebo-te por minha esposa  
a ti N. e prometo ser-te fiel,  
amar-te e respeitar-te,  
na alegria e na tristeza,  
na saúde e na doença,  
todos os dias da nossa vida.*

*Eu N.  
recebo-te por meu esposo  
a ti N. e prometo ser-te fiel,  
amar-te e respeitar-te,  
na alegria e na tristeza,  
na saúde e na doença,  
todos os dias da nossa vida.*

**Brasil**

*Eu N.  
te recebo N. por minha mulher,  
e te prometo ser fiel  
na alegria e na tristeza,  
na saúde e na doença,  
amando-te e respeitando-te  
todos os dias da minha vida.*

*Eu N.  
te recebo N. por meu marido,  
e te prometo ser fiel  
na alegria e na tristeza,  
na saúde e na doença,  
amando-te e respeitando-te  
todos os dias da minha vida.*

### **Justificação**

- a) O texto proposto à confirmação é mais próximo do original latino;
- b) O texto anterior não conseguia ser correctamente pronunciado pela maior parte dos noivos;
- c) O agora proposto é fórmula mais simples e adaptada a toda as mentalidades.

**NB.** 1. Esta justificação refere-se somente ao texto de Portugal e dos Países Africanos Lusófonos.

2. A única diferença entre as duas fórmulas está na colocação dos pronomes no início da fórmula, colocação essa a que nem Portugal e os Países Africanos Lusófonos, por um lado, nem o Brasil, por outro, poderiam renunciar, sem atropelo da sua linguagem corrente.

Santarém, 4 de Outubro de 1989

Em nome dos Países de Língua Portuguesa

O Presidente da CEL de Portugal

D. António Francisco Marques

## As afirmações fundamentais da Constituição Litúrgica e a sua recepção ao longo de 25 anos

Um balanço, como aqui se pretende fazer, para preparar a comemoração, a 4/12/1988, dos 25 anos da promulgação da Constituição Litúrgica do Concílio Vaticano II, tem de ser necessariamente limitado. Não pode abranger tudo aquilo que foi concretizado em livros litúrgicos pos-conciliares, sobretudo nas muitas centenas de notas pastorais que neles se encontram. Muito menos pode responder à pergunta sobre a recepção destes livros, as adaptações regionais feitas pelas Conferências Episcopais e a sua influência na vida litúrgica das comunidades paroquiais. Tudo isto é demasiado amplo para ser abrangido numa única conferência — depois de 25 anos e em toda a amplitude de uma Igreja universal.

A nossa tarefa é mais modesta. Queremos perguntar em que medida as afirmações e os impulsos da Constituição Litúrgica se impuseram na mentalidade do clero e dos crentes durante este quarto de século e no espaço conhecido pelo autor. Mas, mesmo neste caso, temos de limitar-nos a algumas afirmações teológicas fundamentais, se não quisermos ultrapassar os limites duma única conferência.

Num conjunto de sete capítulos serão resumidamente formuladas e explicadas cada uma das afirmações fundamentais da Constituição Litúrgica. Em esboço analisar-se-á também em que medida, na nossa opinião, elas foram recebidas.

*Primeira afirmação fundamental: Por liturgia já não se pode entender apenas a casca da celebração, as suas "cerimónias". Por liturgia deve entender-se a própria celebração, o que nessa celebração acontece, a casca e o cerne: a acção sacerdotal de Cristo, que continua em realização entre nós, o mistério pascoal, de que a Igreja vive.*

A encíclica "Mediator Dei" havia já apresentado este conceito de liturgia e decididamente rejeitado um outro, muito divulgado, isto é, que a liturgia seja o exterior da celebração, nada mais signifique que as cerimónias. Quem em alemão fala de "liturgia" é imediatamente conduzido a este mal-entendido. Uma palavra estrangeira — logo reconhecível como tal pela acentuação da última sílaba — acaba por chamar a atenção para o que tem de exótico o objecto por ela definido: o agitar do turíbulo, o ir e vir em volta do altar e os gestosestranhos que mais ninguém faz — tal é a "liturgia". Os jornais alemães falam com toda a naturalidade p. ex. "liturgia dos jogos olímpicos" e entendem por isso não os próprios jogos, mas aquilo que lhes é acrescentado como moldura cerimonial (o transporte da chama olímpica, o desfile das nações, a entrega das medalhas).

O uso linguístico é tão corrente como equívoco: liturgia não designa a moldura dentro da qual se situa o acontecimento, mas o próprio acontecimento com a sua moldura.

Basta comparar esta definição falsa de liturgia com o célebre artigo 10 da Constituição Litúrgica, para constatar a que distorção fatal ela conduz. Neste artigo 10 diz-se que a liturgia é o cume para o qual tende a acção da Igreja e ao mesmo tempo a fonte donde deriva toda a sua força. Se com isso o Concílio se tivesse querido referir com a mínima seriedade às cerimónias do culto católico, então podia abanar-se a cabeça em sinal de incompreensão. (De facto não poucos leitores da Constituição, mesmo teólogos peritos, abanaram a cabeça há 25 anos, por, consciente ou inconscientemente e apesar da "Mediator Dei", ainda entenderem por liturgia as cerimónias da Igreja).

A afirmação do artigo 10 só tem sentido, se por liturgia se entende ao mesmo tempo a casca e o núcleo. E se o núcleo da liturgia é a acção sacerdotal de Cristo actuante entre nós, se nela se "realiza" sempre de novo a obra da nossa redenção, o mistério pascal, então tem que estar aqui o princípio, o auge e o centro da realidade divina, que com Cristo e a sua obra redentora baixou ao nosso mundo.

### **Recepção:**

A mudança de mentalidade, pretendida com o conceito de liturgia da Constituição Litúrgica, impôs-se, se não estou enganado, apenas dum modo hesitante, devido, sobretudo nos países de língua alemã, ao uso impróprio da palavra liturgia que foi exposto e está profundamente

arreigado; nalguns lugares ainda nem sequer começou tal mudança.

O único remédio, que contra isso existe, tem de ser aplicado no futuro dum modo muito mais coerente. Graças a Deus que em alemão podemos usar, em vez do termo estranho "liturgia", uma palavra que nos é própria e que chama a atenção, não para o exterior do acontecimento litúrgico, mas sim para o seu destinatário divino: a palavra "Gottesdienst" (serviço de Deus). Nela o genitivo "de Deus" pode ser entendido tanto em sentido objectivo como subjectivo: um serviço que Deus nos presta e que nós prestamos a Deus. Na célebre denominação do culto como OPUS DEI da regra de São Bento o genitivo DEI tem seguramente este duplo sentido de "obra realizada por Deus" e "obra oferecida a Deus".

Com a mudança de terminologia (que aliás se torna simpática, por se tratar da mudança dum termo estrangeiro para um próprio) poder-se-á favorecer a recepção, iniciada dum modo apenas hesitante, da primeira e decisiva afirmação fundamental da Constituição Litúrgica. Não devemos, porém, esquecer que tal mudança — no sentido duma verdadeira conversão de pensamento — se tem de dar. Caso contrário, continuará incompreensível aquilo que a Constituição Litúrgica pretendeu.

***Segunda afirmação fundamental: Para além da presença real de Cristo na Eucaristia, há outras formas frequentes de presença real de Cristo na celebração litúrgica, sobretudo na Palavra de Deus proclamada e interpretada.***

O Concílio — e mais tarde também o magistério oficial — desfez finalmente o equívoco muito difundido de que falar da presença real de Cristo na Eucaristia signifique declarar irreais todas as outras presenças de Cristo. A expressão (que de certo modo pode ser mal compreendida) quer apresentar a presença eucarística, uma vez que é a única "corporal", como a mais importante de todas as verdadeiras presenças de Cristo, não como a única.

No contexto litúrgico é muito importante saber que Cristo vem verdadeiramente ao nosso encontro também na sua Palavra. É verdade que a Constituição Litúrgica ainda não ousou incluir nesta presença a Palavra interpretada, a homilia do pregador designado. Estava-se ainda demasiado sob a impressão de que aqui a presença do Senhor, contrariamente a todas as outras formas, pode ser obscurecida pelos limites do pregador. Afirmações posteriores do Concílio e do Magistério não admitem quaisquer dúvidas: o Senhor está também presente

quando a Sagrada Escritura é oficialmente interpretada na celebração litúrgica: é que a Palavra do Senhor aos Apóstolos tem de continuar válida: quem vos ouve, a mim ouve.

### **Recepção:**

Embora a recepção deste segundo reconhecimento fundamental ainda se não possa considerar completa, a verdade é que ela ganhou decididamente terreno nos últimos 25 anos.

Nós, os católicos, conseguimos como que uma nova relação com a Palavra de Deus ou, pelo menos, começámos a adquiri-la. Quem é que hoje ousa falar ainda da "ante-missa"? O termo "ante-missa", que antigamente se usava inclusivamente nos catecismos oficiais, era uma expressão característica da falta de apreço pela Palavra de Deus no conjunto da celebração eucarística: a "ante-missa", na qual ainda não era preciso estar presente!

O desaparecimento da palavra "ante-missa" é sinal dum processo interior: sabe-se ou intui-se de novo que o anúncio da Palavra de Deus faz parte do mistério que se realiza. Nele é preparada uma mesa, a mesa da Palavra de Deus, na qual o Senhor está também presente.

Com esta revalorização da Palavra de Deus está relacionado o facto de a indicação do artigo 52, segundo a qual a homilia deve fazer-se "ex textu sacro" (o que contradizia os hábitos católicos até então), ter sido recebida, pelo menos nos países de língua alemã, dum modo admiravelmente favorável — tão favorável, que a observação complementar em que a esse respeito se faz no número 36 da Introdução Geral ao Missal, de que um outro texto do Ordinário ou do Próprio da Missa pode também ser objecto da homilia, parece que foi quase ignorado. O diagnóstico acerca da recepção desta afirmação fundamental pode, pois, considerar-se bastante mais positivo do que o que foi feito acerca da primeira.

Há, entretanto, uma pequena reserva a fazer aqui. Aquilo que o Concílio, no parágrafo 4 do Artigo 35 da Constituição Litúrgica, pretendeu com a recomendação das celebrações autónomas da Palavra, ainda se não impôs suficientemente ao nível da Europa, o que muito reverte em detrimento da vida litúrgica das paróquias, em que a Missa continua a monopolizar tudo. No país, donde procediam os bispos que no Concílio solicitaram o adiçãoamento deste parágrafo, no Brasil, aí a imagem deve ser outra.



***Terceira afirmação fundamental: Todo o acontecimento litúrgico é um acontecimento no Espírito.***

No final de um dos artigos principais da Constituição, do artigo 6, aparece esta pequena afirmação teológico-litúrgica: "Tudo isto, porém, acontece na força do Espírito Santo". A frase só foi acrescentada durante o Concílio, porque os Padres Conciliares provenientes do Oriente tinham a impressão de que a Igreja ocidental não prestava atenção suficiente ao elemento pneumático. De facto, deparamos aqui com uma afirmação bíblica fundamental acerca da liturgia.

Não é por acaso que do Apóstolo Paulo, na Carta aos Romanos 8,15, se lê que nós não podemos dizer Abba, Pai, a não ser no Espírito Santo; e o mesmo Apóstolo na 1ª Carta aos Coríntios, Capítulo 12, diz o mesmo acerca da invocação de Jesus como Senhor: também ela só é possível no Espírito Santo. Tratava-se de algo que merecia ser realçado, já que há muito tinha desaparecido da consciência dos ocidentais.

**Recepção:**

A recepção de tal reconhecimento, 25 anos depois, está ainda nos seus inícios, como castigo da nossa separação, desde há 900 anos, do Oriente cristão e da sua teologia do Espírito. O Ocidente cresceu de modo diferente, porque não teve o complemento daquilo que o Senhor da Igreja quis e que o Oriente conhece, ama e cultiva. Ao Oriente aconteceu algo de semelhante. Aí aparecem deficiências de outra espécie, porque ficou sem eficácia a influência salutar da outra metade da Igreja.

O distinto eecumenista francês Christoph J. Dumont, da ordem dos Dominicanos, disse já em 1951 que esta separação trágica das duas metades da Igreja foi como que um divórcio, como quando homem e mulher se separam e um evolui tornando-se demasiado masculino, e o outro demasiado feminino, porque as respectivas opções não tiveram a compensação vinda do equilíbrio querido por Deus entre as duas metades da Igreja.

Haverá que dizer que nestes 25 anos, no meio de tanto barulho em torno das reformas de estruturas e textos, ficou muito calado o reconhecimento tranquilo das relações profundas entre liturgia e teologia trinitária. Na reacção à Constituição Litúrgica, o Ocidente mostrou uma vez mais como em questões relativas à liturgia se pode reagir dum modo unilateralmente "ocidental". Teve-se por vezes a sensação de que

nada é mais importante do que decidir o que se pode e o que se não pode fazer. Uma coisa é segura: o destinatário médio da Constituição Litúrgica não foi afectado por estes últimos conhecimentos teológicos acerca da natureza da liturgia. Isso teria tido consequências religiosas, pelas quais se continua ainda a esperar: um aprofundamento espiritual de piedade litúrgica, a aprender do Oriente. O actual Papa exprimiu-o, pela primeira vez a 25 de Março de 1987 na carta de inauguração do Ano Mariano e depois na carta relativa à celebração do centenário da cristianização da Rússia, com a célebre metáfora dos dois pulmões. A Igreja respira ao mesmo tempo com dois pulmões, ou seja, vive das duas tradições espirituais, da oriental e da ocidental. Com isso o Papa exprimia muito plasticamente quão pobre tem sido o nosso desenvolvimento, ao termos respirado durante tanto tempo apenas com um pulmão. Vai precisar-se de tempo até aprendermos o que o princípio do artigo 6 quer dizer.

***Quarta afirmação fundamental: Na celebração litúrgica devem respeitar-se os diversos papéis. É particularmente importante o papel do Povo Santo de Deus que durante muito tempo não foi considerado ou não o foi suficientemente. Na celebração da Eucaristia ele participa com o presidente na oferta dos dons sagrados sobre o altar.***

Trata-se aqui do importante artigo 48, em que se diz que os fiéis, reunidos para a celebração do sacrifício eucarístico, oferecem a Vítima Imaculada sobre o altar não só através das mãos do sacerdote, mas também juntamente com ele, oferecendo-se a si mesmos. Importante no contexto em que estamos é que eles são co-oferentes e não apenas oferentes indirectos.

É verdade que já na encíclica "Mediator Dei" se encontravam afirmações semelhantes; só que aí apareciam ainda debilitadas por um "quodammodo" restritivo: "de certo modo" os fiéis são co-oferentes na Missa. O Concílio suprimiu este "quodammodo" e afirmou assim sem reservas que o Povo, a comunidade santa reunida, é co-oferente dos dons sobre o altar. Estamos aqui perante uma afirmação fundamental altamente significativa, que apresenta como que o fundamento no qual toda a espiritualidade litúrgica se deve basear — e infelizmente durante tanto tempo se não baseou.

Um rubricista do princípio do século XIX chegou a dizer que, conforme o hábito já então evidente, só o acólito deve responder ao sacerdote no altar. "Antigamente era de modo diferente", escreve ele. "Antigamente respondia todo o povo em comum. Mas, é bom que isso tenha mudado: tal como se faz agora é mais conveniente e digno". Esta é uma afirmação típica do século XIX. Era-se da opinião que, sendo um acólito a dizer "Et cum spiritu tuo", era "mais conveniente e digno" do que aquilo que sempre exprimiram tais respostas, isto é, a reacção comum de todo o povo crente que se deve sentir inserido na celebração e nessas respostas articula a sua incorporação.

Cabe aqui referir um pequeno acontecimento da vida de Romano Guardini. Em certa altura, antes da primeira guerra mundial, Romano Guardini — então ainda coadjutor em Mogúncia — conversava acerca das aclamações da Missa com o seu amigo Josef Weiger, um pároco com quem passava quase todas as suas férias e frequentemente trocava impressões — também ele um homem cheio de talento e aberto. "Acreditas", dizia ele, "que ainda um dia faremos a experiência de, junto do altar, nos voltarmos, dizermos "Dominus vobiscum" e de que, em vez do acólito, todo o povo responda "Et cum spiritu tuo"?"

Weiger respondeu: "Não, a isso infelizmente nunca iremos assistir; isso já passou". Tão petrificada era vista então a liturgia por homens cheios de humor. Se alguém lhes tivesse dito: Havereis não apenas de voltar-vos e dizer "Dominus vobiscum" e receber de todos a resposta latina; mas havereis de voltar-vos e dizer "O Senhor esteja convosco" e o povo responderá "E com o teu espírito". Teriam retorquido: isso são sonhos. Isso é uma utopia, que nunca voltará a ser realidade.

### **Recepção:**

Quanto à participação activa da comunidade há a constatar nestes 25 anos um notável progresso. A sensação, como a tiveram os fiéis durante séculos, de "estar por detrás da Missa", de "assistir" àquilo que no fundo é feito pelo sacerdote, parece ter há muito desaparecido. Há certamente que reconhecer nisso um elemento da reforma, que, não tendo sido prescrito, foi tornado possível e recomendado pelos documentos pos-conciliares: que o sacerdote celebrante esteja voltado para o povo. Quem entra na igreja durante uma celebração eucarística já não tem a sensação de que aquilo que acontece à frente lhe não diz respeito, de que o sacerdote lê a sua missa, como antigamente se gostava

de dizer. Agora tem-se a sensação de que é a nossa missa, de que o sacerdote oferece juntamente connosco a vítima sobre o altar. Ele é naturalmente o presidente da assembleia, só ele pronuncia no coração da celebração as palavras da última Ceia. Não é disso que se trata, mas sim — como o Concílio expressamente diz — da oferta dos dons consagrados sobre o altar; isso é algo que a todos diz respeito. Que mudança fundamental no lugar litúrgico do sacerdote celebrante, sem que tivesse sido oficialmente introduzida ou até prescrita, tenha sido por todos acolhida com naturalidade, mostra em que admirável medida se deu a recepção da nossa afirmação fundamental sobre o papel activo na celebração da Eucaristia.

***Quinta afirmação fundamental: A língua materna dos fiéis concelebrantes deve aceitar-se na liturgia, sem ser eliminada a antiga língua cultual.***

É certo que o Concílio nesta questão foi ainda tímido. Apenas para o sector da celebração dos sacramentos acentua no artigo 63 a utilidade da língua materna. Rapidamente a autoridade eclesiástica se devia dar conta de que aqui havia sido formulado um princípio que não podia ser assim limitado, mas se devia desenvolver na direcção do princípio que, no Oriente bizantino, o eminente canonista do século XII, o Patriarca Teodoro Balsamon, havia formulado: a liturgia celebra-se normalmente na língua materna dos participantes na celebração.

Só que se queria ser de certo modo fiel a uma outra lei adoptada pelo Ocidente e por isso a celebração em língua latina não foi proibida nunca nem em nenhuma parte (embora ultimamente isso tenha sido de novo falsamente afirmado).

Já que dizíamos no princípio que queríamos escolher afirmações acerca da sua recepção nos últimos 25 anos, tem que ser feita aqui uma espécie de "nota à margem". A afirmação do Concílio acerca da língua materna na liturgia não é propriamente uma afirmação teológica. A alegria da descoberta, que neste ponto foi particularmente forte, fez com que os padres e teólogos do Concílio não avançassem até uma motivação teológica. O que temos no Concílio como motivação é a utilidade: que se possa compreender tudo.

Na tradição havia uma reflexão teológica que teria tido aqui lugar. Numa carta que o Papa João Paulo II citou no documento de 31 de De-

zembro de 1980 (com o qual declarava os Santos Cirilo e Metódio co-patronos do Ocidente), a carta do Papa João VIII, do ano 880, ao duque dos eslavos, Swatopluk, encontra-se uma frase muito significativa para o nosso contexto. Havia nessa altura, o que continuou bastante tempo depois, a ideia de que na liturgia só deviam ser usadas as três línguas que apareceram na inscrição da Cruz de Cristo, ou seja, o hebraico, o grego e o latim. Tratava-se quase dum dogma, duma opinião universalmente aceite. João VIII contradisse-a redondamente. Ele escreve: "Aquele que criou as três línguas, criou também todas as outras para sua glória e sua honra". Esta é, para aquele tempo, uma frase de extraordinária audácia. Não há qualquer língua privilegiada por Deus para ter a prerrogativa na liturgia. Todas as línguas são criadas, todas elas — para usar a conhecida palavra de Dante sobre a arte — são "netas de Deus", e é admirável que todas possam finalmente exercer a sua função mais importante: poder louvar e exaltar a Deus na liturgia. Tenham as línguas o nome que tiverem e por pequeno que seja o círculo do seu uso, isso não tem qualquer importância perante esta fundamentação teológica. Quem já a compreendeu não tem qualquer medo perante a abundância das línguas que agora entraram na liturgia da Igreja (são entretanto 343 as admitidas oficialmente); pelo contrário: devemos alegrar-nos com a abundância das línguas na liturgia católica, sem compreendermos o contexto teológico.

S. Agostinho diz, na sua homilia sobre o SI 147, que há-de chegar o dia em que a Igreja falará nas línguas em que agora ainda não fala, já que lá há-de crescer até abranger todas as línguas. "Quando o Corpo de Cristo falar em todas as línguas, então sentir-me-ei também eu com todas as línguas como que em casa. O grego será então a minha língua, o siríaco será a minha língua, o hebraico será a minha língua. As línguas de todos os povos serão minhas línguas, porque me encontro na unidade de todos os povos".

Uma palavra altamente notável e reflectida do grande doutor da Igreja! Se eu ouço como Deus é louvado noutras línguas que me são estranhas, isso leva-me à comunhão com todos os povos. Esta é de certo modo a teologia da língua litúrgica ao nível horizontal.

Afinal acabámos por falar duma afirmação fundamental, para a qual existe uma fundamentação teológica, embora esta ainda não venha "transmitida" na Constituição Litúrgica.

## Recepção:

Se, no contexto da língua materna na liturgia, nos interrogamos sobre a sua recepção, somos obrigados a falar aqui, como acima acerca da homilia “a partir do texto sagrado”, como que duma super-recepção. Nalguns lugares chegou-se, depois do Concílio, a uma monopolização da língua materna na liturgia, sem que tal tivesse sido intenção nem da Constituição Litúrgica nem das posteriores aprovações ampliadas da Autoridade. O Concílio queria a coexistência da língua cultural e da materna e por essa intenção se ficaram as disposições posteriores. Ao respectivo pastor responsável competia determinar as modalidades da coexistência.

Apesar de todo o inegável direito à vida que tem a língua materna na liturgia, foi uma autêntica caricatura o facto de a Igreja católica pós-conciliar em muitos lugares se ter apresentado como se, depois de mais de mil anos de serviço fiel, tivesse bruscamente dado ao latim, como língua cultural, “com a porta na cara”. Tais descontinuidades, como estas que aqui nasceram a partir de baixo e na sequência da recepção, não ficam impunes — e a punição de facto deu-se.

Uma super-recepção semelhante manifestou-se na inflação de determinados elementos da língua materna na liturgia da Missa. Da breve introdução facultativa no princípio (que, sem dúvida, em si mesma é positiva) fez-se em muitos lugares como que uma homilia de introdução prolixa e obrigatória. As orações dos fiéis na língua materna — certamente uma das grandes aquisições da Missa pós-conciliar — tornaram-se em grande parte vítima de uma “sermonitis” galopante: exortações mais a ser melhor do que a rezar, referidas na primeira pessoa do plural à comunidade presente (pela qual incessantemente se reza nas fórmulas da Missa para tal estabelecidas) em vez de aos de fora que necessitam da intercessão sacerdotal da comunidade reunida.

Há um pequeno ponto significativo para as tendências de inflação. Quase se desconheceu que a introdução da oração dos fiéis nas Missas de semana nunca foi obrigatória. Uma sábia legislação teve a intuição de que este elemento se pode tornar monótono e forçado, se tem de ser feito todos os dias.

E torna-se duplamente penoso que, no meio de tantas intenções, faltem precisamente aquelas petições universais que deveriam inquietar a comunidade: as vítimas dum terramoto, ou de uma catástrofe que causa impressão em todo o mundo.



Aqui, portanto, a recepção do que certamente é bom foi exagerada — por uma compreensível alegria da redescoberta, depois de mais de um milénio de liturgia “congelada”. Aqui fomos tão longe que aquilo que tão impetuosamente cresceu em 25 anos tem de voltar a ser recolhido e controlado.

***Sexta afirmação fundamental: Aquilo a que antigamente se chamava Breviário, agora se denomina Liturgia das Horas, não é um livro de orações clerical, mas um livro de orações da Igreja, que pertence de igual modo a clérigos e a leigos.***

De certo que este reconhecimento já existia em determinados círculos antes do Concílio, mas de modo nenhum em toda a parte. Tinha-se há muito a impressão de que, como antes existiam livros de orações para cada estado de vida, se criou com o breviário um livro de orações próprio para o clero, diferente dos livros dos outros estados pela borda dourada e pelas fitinhas de várias cores.

O que, tendo em conta toda a história da oração das horas, se tratava dum mal-entendido fatal, foi finalmente dito dum modo público e oficial na Constituição Litúrgica. E foi bom que nessa ocasião se tenha feito desaparecer o velho e inexpressivo nome de “Breviário” uma vez que ele estava indissoluvelmente ligado ao antigo mal-entendido. As palavras que o substituíram, Liturgia ou Livro das Horas, têm ainda a vantagem de, contrariamente à palavra “Breviário”, designarem o conteúdo: as horas, que o Senhor da vida todos os dias nos dá, são-lhe gratamente dedicadas na oração das horas.

#### **Recepção:**

A recepção desta restabelecida concepção fundamental da oração das horas tem que ser classificada de admiravelmente favorável. Poder-se-ia ter pensado serem necessários decénios para aos poucos se extinguir o mal-entendido clerical acima mencionado. Na realidade, depois de 25 anos, ele já quase não existe. É claro que para esse desaparecimento contribuiu não pouco o facto, não previsto pela Constituição Litúrgica, da possibilidade da sua celebração e recitação na língua materna se ter imposto rapidamente depois do Concílio, através das devidas autorizações. Só agora podia pôr-se em movimento a impressionante força supratemporal dos Salmos. E então podiam surgir

fenómenos tão felizes como o chamado "primeiro turno" dos jovens (laudes abreviadas) e espalhar-se por toda a região com a mesma língua. E podiam as vésperas de Taizé tornar-se meta predilecta de peregrinação para dezenas de milhares de jovens. Poder-se-á aqui falar dum feliz acaso de recepção rápida e duradoira.

A propósito, seria de desejar que também a nova (no fundo, antiquíssima) concepção da liturgia das horas em relação à Igreja local, que, embora faltando ainda na Constituição Litúrgica, irrompeu, ainda em terreno conciliar, no decreto sobre os clérigos, fosse recebida com semelhante rapidez. É uma concepção que se encontra expressa na feliz formulação de que os ministros ordenados rezem a oração das horas (que continua a ser obrigatória para eles) em primeiro lugar por todo o povo que lhes está confiado (enquanto não puderem celebrá-la com representantes do povo) e só em segundo lugar pela Igreja Universal. É um sinal promissor o facto de o próprio CIC de 1983, no canon 246 § 2, ter assumido esta formulação da oração pelo povo confiado aos pastores (uma espiritualidade que ainda não aparece no texto em que os diáconos na sua ordenação se comprometem a fazer a oração das horas).

***Sétima afirmação fundamental: Da conversão ao cristianismo dum adulto faz parte não apenas um "processo cerebral" ao nível da aprendizagem; ela implica uma conversão de toda a pessoa e um crescimento dentro da comunidade no contexto do catecumenato restaurado.***

Em relação aos não baptizados que vêm para ser acolhidos na comunhão da Igreja, pensou-se durante muito tempo que o importante era aprender o catecismo e reproduzi-lo, quando sobre isso eram interrogados. Trata-se duma enorme simplificação, comparando com aquilo que a Igreja antiga considerou sempre como evidente, ou seja, a conversão como processo que compromete toda a pessoa, a iniciação na comunidade.

Os candidatos adultos ao baptismo no tempo de Hipólito, no princípio do século III, antes de entrarem no último estado da sua preparação eram examinados, por exemplo, sobre se haviam ou não visitado as viúvas. Hoje encontramos isso totalmente estranho. É preciso, entretanto, saber que as viúvas constituíam então o símbolo dos marginalizados sociais, uma vez que não havia nem seguro nem



reforma de viúvez. A Igreja tomou a seu cuidado as viúvas, e um catecúmeno não o era, se, à sua maneira, não colaborasse já nesse cuidado.

Esta iniciação na vida comunitária da Igreja, que deve também ser sempre uma iniciação na sua preocupação de caridade pelos homens, é de novo entre nós, depois da restauração legal do catecumenato para não batizados (a partir de 1.8.1986), condição de base imprescindível para alguém se tornar cristão (junto, é claro, com o igualmente imprescindível conhecimento da fé).

### Recepção:

Embora já exista desde 1972 um novo rito de incorporação na Igreja, que inclui o catecumenato restaurado, neste ponto a recepção é muito desigual. Enquanto que ela nos países de língua alemã, por assim dizer, ainda nem começou, pode dizer-se que na América do Norte, segundo opinião geral, se trata do elemento pastoral mais eficaz da reforma litúrgica pos-conciliar.

Dezenas de milhar de catecumenatos paroquiais levaram a que se reavivasse o pensamento antigo e originário da Igreja, com o papel da Igreja-Mãe a ser o novo atribuído ao conjunto da comunidade, composta de ministros ordenados e de leigos.

Existe no mundo anglo-saxónico um dito um tanto subtil que caracteriza esta visão reconquistada da Igreja: *"Not the shepherds make sheep — sheep make shepherds"* <sup>1</sup> O que não quer dizer que o clero seja indiferente a este processo. Nele convergem todos os fios; os sacerdotes e os diáconos vêem-se a si mesmos como os *"animators of the animators"* <sup>2</sup> e, de resto, são eles os presidentes e pregadores nas múltiplas celebrações litúrgicas que acompanham a caminhada do catecumenato. Apesar disso, é imprescindível o ministério maternal de toda a comunidade, se se pretende conseguir a incorporação da totalidade da pessoa na Igreja.

Ao olharmos para trás no final das nossas reflexões, temos de dizer: o quadro geral que se nos depara não é nem deprimente nem esplendoroso. Dizer-se que o hino de louvor à Constituição Litúrgica se

---

#### Nota do Tradutor:

1. "Não são os pastores que fazem o rebanho — é o rebanho que faz os pastores."
2. "Animadores dos animadores."

tornou, depois de 25 anos, um canto de lamentação à reforma litúrgica, é certamente uma simplificação inadmissível e injusta. É significativo que o Sínodo especial de 1985, sobretudo por influência dos bispos do "Terceiro Mundo", se tenha decididamente pronunciado contra um balanço simplista desse género. Se aquilo que nós, a partir sem dúvida dum ponto de vista predominantemente europeu, esboçámos fosse visto na perspectiva da Igreja universal, sobretudo na perspectiva do "Terceiro Mundo", surgiria presumivelmente um quadro geral substancialmente mais esperançoso. Mas, mesmo o quadro que se oferece ao observador europeu não é, com a sua parte de luz e sombra, a bem dizer estranho ao historiador. Poder-se-ia alguma vez esperar que, a partir das decisões conciliares sobre a liturgia e como que ao toque dum botão, ressurgisse uma liturgia nova e esplendorosa?

O Sociólogo austríaco Konrad Lorenz enumerou, entre os "oito pecados capitais da humanidade civilizada", o da expectativa duma "instantaneous gratification", ou duma productividade imediata. O que aplica esta "mentalidade do toque do botão" a processos espirituais, à mudança de mentalidade duma Igreja universal depois dum concílio, está enganado. Para essa mudança de mentalidade é preciso respirar fundo. Com isto referimo-nos também à grande "respiração", ao Espírito que sopra na Igreja e que, segundo as palavras memoráveis do Papa Pio XII (citadas depois no artigo 43 da Constituição Litúrgica), esteve activo no movimento litúrgico do nosso século, que por sua vez atingiu no Concílio o seu objectivo.

Neste Espírito, que durante séculos abriu tantas portas fechadas, se deveria confiar também na fase de recepção da Constituição Litúrgica. A Igreja não é um helicóptero que, sem ser preciso esperar e sob o toque dum botão, sobe verticalmente para o céu. Ela é antes um planador, que espera pacientemente pelo vento favorável e se deixa levar confiadamente por esse vento, sabendo que, segundo as palavras do artigo 6 da Constituição Litúrgica, tudo acontece pela força do Espírito Santo.

BALTHASAR FISCHER

## Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico

*A Comissão para a Conservação do Património Artístico e Histórico da Igreja, recentemente criada pela Constituição "Pastor Bonus", solicitou através do seu Presidente, Cardeal António Innocenti, a colaboração das Conferências Episcopais.*

*Do Protocolo dirigido às Conferências Episcopais fazemos a seguinte transcrição.*

A Constituição Apostólica "**Pastor Bonus**" sobre a Cúria Romana entrou em seu pleno vigor, "em tudo o que lhe é peculiar", no dia 1 de Março de 1989. Entre os Organismos que a Constituição "mais claramente precisou" e compreendeu como postulados das "sempre novas exigências da sociedade eclesial, teve lugar a **Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico**, estabelecida na Congregação pelo Clero.

Este Organismo, na fisionomia que lhe imprimiu a Constituição "Pastor Bonus", é totalmente novo, embora as suas finalidades e tarefas, que agora lhe foram confiadas, estivessem já, em certa medida, presentes na solicitude da Igreja e da Cúria Romana e de vários modos executadas por diversas repartições da Santa Sé. Consideramos que a intenção mais profunda que levou à criação desta Comissão Pontifícia, na Cúria Romana, tenha sido: a **salvaguarda**, a **fruição**, a **promoção constante** dos Bens Culturais e bem assim a **sensibilização** acerca deles. Instâncias estas, que aliás se vão tornando cada vez mais óbvias, urgentes e obrigatórias, mesmo no interior das várias Nações e dos respectivos Governos; tanto que, em não poucos Países, foram constituídos os verdadeiros e próprios Ministérios dos Bens Culturais.

A Igreja sempre recorreu à linguagem da Arte e confiou constantemente os textos das suas leis e das suas aquisições culturais e da sua história a instrumentos capazes de transmiti-las às gerações futuras. E não só: em várias épocas a Igreja salvou e guardou o património artístico, literário, filosófico e histórico da própria humanidade. Paulo VI podia dizer aos Artistas: "o nosso ministério tem necessidade da Vossa colaboração" (7.V.1964 (AAS.56) pág. 438). Comprova-o o facto de que a História da Arte e a História da Igreja caminham juntas. E com razão se pode afirmar que, em tantas Nações, a Igreja é a guardiã do maior património artístico e histórico que se foi acumulando ao longo dos séculos. Ora, enquanto se assiste ao despertar do interesse pelo património artístico e histórico, na sensibilidade das Nações, a Igreja reexprime a sua participação e solicitude a esse respeito, instituindo, na Cúria Romana, este Organismo ao qual "confia a tarefa de presidir à tutela do património histórico e artístico de toda a Igreja" (P.B. art. 99).

Parece-nos, além disso, que não se trata só duma solicitude pela mera conservação material de quanto ao longo dos séculos se foi acumulando, mas também dum empenho em promover uma educação para o conhecimento, a valorização, a recta utilização e, por isso, a salvaguarda deste inestimável património.

Por consequência, à defesa do património já adquirido, deve corresponder a urgência de que a expressão artística, a que recorrem as comunidades cristãs de hoje, e bem assim a redacção dos documentos, a que se confia o registo da vida eclesial do nosso tempo, não sejam menos dignas, nem menos expressivas e educativas e nem menos duradouras do que as do passado.

De maneira que, ao dever da conservação do património passado, corresponde a urgência criadora de patrimónios actuais a transmitir ao futuro, a fim de que não se interrompa esta sequência de autênticas tradições de uma geração a outra, ao serviço da fé e da história.

Não é por acaso que esta Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico está inserida, de alguma maneira, na Congregação para o Clero; como que a querer dizer, pensamos nós, que a responsabilidade da conservação, a solicitude a favor duma valorização consciente dos patrimónios artísticos e históricos e o empenho a favor duma continuação das actividades dirigidas a alargar os referidos patrimónios, ao serviço da missão pastoral da Igreja, para o bem das gerações actuais e futuras, passam pelo trabalho convicto dos Sacerdotes, os quais, mais que todos, estão votados ao bem, à vida e à edu-

cação de toda a comunidade cristã. Todos estamos convencidos, além disso, de que uma negligência ou, pior ainda, uma violação destes patrimónios, realizadas ou toleradas pelos Responsáveis das comunidades cristãs, se consuma depois em grave dano para a vida da Igreja.

Parece-nos que estas rápidas observações sirvam para sublinhar a importância desta Comissão Pontifícia, erigida pela Constituição "Pastor Bonus", o seu carácter providencial para a Igreja e para o diálogo desta com as culturas; e bem assim a potencialidade que é oferecida à Santa Sé, às Igrejas particulares e aos cultores das artes e da história, podendo recorrer a um ponto de referência, autorizado e unitário, para a promoção e a coordenação deste sector não negligenciável para a vida pastoral e cultural.

Bem sabemos que algumas Igrejas Particulares dispõem de imensos patrimónios históricos e artísticos, os quais dotaram e acompanharam a sua história, enquanto outras Igrejas, mais jovens, trabalham intensamente para exprimir a sua vitalidade mediante as culturas dos povos, em cujo contexto se estão "implantando". A estas Igrejas de constituição recente, para além da conservação do "próprio" e jovem património, pensamos que seja confiada também a tarefa de assunção, de elevação e de harmonização do património cultural das respectivas comunidades humanas às quais foram enviadas (Cfr. Ad G.15; Ev. Nunt. 20). E esta tarefa não é menos delicada nem menos importante do que aquela que empenha as Igrejas de antiga fundação.

Ao contrário, pensamos que o processo de "inculturação da fé", em realização nestas Igrejas jovens, constitua um estímulo para as Igrejas mais antigas, no sentido de as ajudar a redescobrir as raízes da sua evangelização inicial e da sua fundação; assim como as Igrejas, de implantação recente, poderão servir-se da experiência secular, própria das Igrejas de longa história, tal como é testemunhada pelos patrimónios artísticos, históricos, arqueológicos e litúrgicos.

Por este motivo, consideramos necessário interpelar não só as Igrejas à qual compete a tarefa da conservação dos patrimónios já acumulados, mas também, e com interesse semelhante, as Igrejas que estão no início dum processo análogo em ordem aos tempos novos e futuros.

Vimos, portanto, pedir a Vossa Excelência se digne fazer conhecer, nas formas que considerar mais oportunas, a criação, as finalidades, os objectivos desta nova Comissão Pontifícia, surgida na Cúria Romana, aos Excelentíssimos Bispos da Sua Igreja Particular, a

fim de que Eles possam ser ajudados no conhecimento do projecto que determinou o seu aparecimento, de modo que Eles possam recorrer ao serviço desta mesma Comissão e colaborar para a sua vitalidade.

Ao mesmo tempo, permitimo-nos pedir a Vossa Excelência que se digne enviar-nos uma relação informativa, em resposta a esta nossa, para podermos chegar a um primeiro conhecimento global acerca da situação relativa ao Património artístico e histórico “em toda a Igreja”; em ordem a proceder depois à caracterização das intervenções concretas e prioritárias da mesma Comissão, conforme forem sugeridas pela situação, colaborando activamente com as Conferências Episcopais das diversas Nações.

## A Conferência Episcopal e o Património da Igreja

No comunicado final da Conferência Episcopal Portuguesa reunida em Fátima de 13 a 16 de Novembro, os Bispos salientam como assunto principal o património artístico, cultural e documental da Igreja.

As conclusões nesta matéria foram as seguintes:

- a Igreja tem o direito inalienável de possuir e administrar o património artístico e cultural que é seu e que ela criou com fins determinados, particularmente o culto de Deus e a catequização;
- a cautela da Igreja em Portugal é motivada pelos atentados aos seus património que repetidamente sofreu nos últimos cento e cinquenta anos;
- existem questões em aberto — por exemplo, os horários de culto e de visita, a realização de concertos, etc — que levam à necessidade de diálogo com os organismos do Estado.

No termo da reflexão, tomaram-se diversas resoluções, entre elas:



- revitalizar as Comissões de Arte Sacra;
- dedicar maior cuidado à formação específica do clero, nomeadamente através da educação da sensibilidade estética nos seminários e da informação e actualização sobre história da arte sacra e valores artísticos;
- intensificar os trabalhos de inventariação;
- apoiar as oficinas particulares de restauros;
- formar uma federação dos museus da Igreja, aos quais se pedirá maior cuidado na sua função evangelizadora;
- estimular os cristãos para que estejam presentes nas associações de defesa do património;
- tentar formas de diálogo permanentes e frutuosas com as instâncias do Estado.

## A Arte Sacra e o Património Cultural da Igreja em Portugal

O nosso Boletim no seu número 54, correspondente ao segundo trimestre deste ano, publicou a notícia da posse da I Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja, referiu a sua inserção no Secretariado Nacional de Liturgia, ao lado do Serviço Nacional de Musica Sacra, e apontou os objectivos gerais da sua missão no nosso País.

A sua primeira acção a nível nacional consistiu em promover um encontro com as Comissões Diocesanas de Arte Sacra no Santuário de Fátima.

Efectuou-se este encontro no dia 10 de Novembro e teve a participação da Comissão Nacional, na totalidade dos seus Vogais, e de 17 Comissões das seguintes Dioceses: Algarve, Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Leiria-Fátima, Lisboa, Portalegre e Castelo Branco, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Sob a presidência do Sr. D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, os trabalhos decorreram em ambiente de muita atenção, interesse e abertura.

O primeiro ponto da agenda tratou do levantamento das Comissões Diocesanas de Arte Sacra, do seu funcionamento e dos problemas que mais as preocupam.

Verificou-se com agrado que todas as Dioceses têm a sua Comissão, embora algumas destas lutem, por vezes, com falta de técnicos capazes e disponíveis, de recurso mínimos, de compreensão por parte das Comissões fabriqueiras e das mordomias das festas e capelas, e ainda de algumas entidades públicas, desde as Autarquias locais à EDP e até, num caso ou noutro, ao próprio IPPC.

A segunda parte dos trabalhos debruçou-se sobre a salvaguarda e o enriquecimento do Património artístico e documental da Igreja no nosso País.

Foram apresentadas várias iniciativas, como museus, diocesanos e locais, inventariação sistemática de objectos e documentos, exposições, arquivos paroquiais, etc.

A Comissão Nacional apresentou um modelo de ficha que foi objecto de análise e pretendia constituir um apoio às Dioceses que ainda não começaram a sua inventariação. Outros modelos de fichas já em uso mereceram a atenção dos participantes e ficaram arquivadas.

Entre as dificuldades maiores que a defesa do Património da Igreja enfrenta no nosso País, apontaram-se as seguintes: abandono das obras de arte ou sua venda sem autorização, trocas por outras obras sem qualidade, falta de segurança, roubos, cobiça de antiquários nacionais e estrangeiros, falta de sensibilização e de cultura, insuficiência de oficinas de conservação e restauro, restauros criminosos, deficiente condicionamento dos objectos e documentos, inexistência ou incapacidade de dotações, mau aproveitamento de subsídios, ignorância das entidades patrocinadoras, particulares e públicas, riscos com a entrega de cópias dos ficheiros, ausência de computadorização, falta de um boletim de ligação entre as Comissões Diocesanas.

O voto de uma reunião anual deste género teve a aprovação unânime da assembleia, bem como o da utilização do nosso Boletim como elo de ligação entre as Dioceses, enquanto se não chega a uma publicação própria e eventualmente mais desenvolvida.



## II Encontro das Comissões de Arte Sacra do Sul do País

No passado dia 7 de Outubro, efectuou-se no Seminário Maior de Évora o II Encontro das Comissões de Arte Sacra das Dioceses do Sul do País, estando presente os representantes das Dioceses de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal e da União das Misericórdias.

O senhor Arcebispo de Évora, D. Maurílio de Gouveia, saudou cordialmente os presentes e dirigiu-lhes palavras de estímulo e de agradecimento pela acção desenvolvida pelas Comissões de Arte Sacra em defesa do património cultural religioso, lamentando que, ultimamente, a Igreja não tenha inspirado a Arte moderna, como inspirou no passado.

Seguidamente, o Sr. arquitecto dr. João António Falcão, presidente do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, depois de apresentar cumprimentos em nome do senhor Bispo de Beja, leu a acta do I Encontro, realizado no Seminário de Beja em 8 de Outubro do ano passado, a qual foi aprovada por unanimidade.

Tendo de se ausentar D. Maurílio de Gouveia, assumiu a presidência o presidente da Comissão de Arte Sacra da nossa Arquidiocese, mons. Dr. José Filipe Mendeiros que leu o relatório das actividades da Comissão no ano transacto, o mesmo fazendo depois os representantes das restantes Dioceses. Por sua vez, o representante das Misericórdias, padre Dr. João Freitas Morado, fez-se eco das preocupações da União das Misericórdias pela preservação do seu rico património cultural e religioso, diligenciando criar um departamento para esse sector.

O padre João Pires de Campos, vice-presidente da nossa Comissão de Arte Sacra e moderador deste II Encontro, leu um importante trabalho intitulado "Considerações sobre o Património Cultural da Igreja", no qual evocou as três datas que marcaram negativamente a defesa e a conservação desse património em Portugal: 1759 (expulsão

da Companhia de Jesus; (1834), supressão das Ordens Religiosas; e 1910 (implantação da República).

No final da manhã, o Dr. José António Falcão apresentou uma notável comunicação com diapositivos sobre duas tábuas quinhentistas da igreja matriz de Santiago do Cacém — “Adoração dos Pastores” — do pintor maneirista José Escobar, que trabalhou em Évora.

Da parte da tarde foram feitas visitas de estudo ao Museu de Arte Sacra da Sé e às igrejas do Salvador e de S. Mamede.

Ainda no Seminário, cada uma das representações recebeu o projecto de Estatutos da Federação Interdiocesana do Sul de Defesa do Património Cultural, para estudo e elaboração definitiva.

As conclusões deste encontro foram as seguintes:

1. O III Encontro das Comissões Diocesanas de Arte Sacra das Dioceses do Sul será em Portalegre, a 20 de Outubro de 1990.

2. Deseja-se mais ampla participação das várias Comissões e Departamentos de Arte Sacra.

3. Para melhor defesa e conservação do Património Cultural da Igreja, o clero e os leigos devem ser sensibilizados através de : a) acções efectuadas em Jornadas Diocesanas, reuniões de Vigararias ou Arciprestados, e meios de comunicação social locais ou regionais (Imprensa e Rádio); b) que nos Institutos Superiores de Teologia e nos Seminários se dê maior importância à cadeira de História de Arte.

4. Que se criem centros de restauro, a nível nacional e regional, da responsabilidade da Igreja.

5. Que as Dioceses do Sul organizem uma Exposição comum de Arte Sacra, integrada na Comemoração dos 500 anos de Evangelização/Encontro de Culturas.

6. Que as Comissões de Arte Sacra sejam dotadas, pelas Dioceses, dos meios necessários para o cabal desempenho da sua missão.

7. Que a Igreja entre em contacto com os artistas plásticos para os sensibilizar na execução da arte cristã.

Foi ainda formulado o seguinte voto: “As Comissões e Serviços Diocesanos de Arte Sacra e Património Cultural aqui reunidos emitem um voto no sentido de que a Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja tenha entre os seus membros, pelo menos, um representante de cada Diocese de Portugal”.